



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 118/2025 Mamanguape/PB, 03 dezembro de 2025**

APROVADO  
EM: 18 / 12 / 25

Institui o Semanário Oficial do Município de Mamanguape – PB, estabelece sua forma de publicação, autenticidade, periodicidade e efeitos jurídicos, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Semanário Oficial do Município de Mamanguape (SOMM), veículo oficial de publicação, divulgação e preservação de atos normativos e administrativos do Poder Executivo Municipal, com periodicidade mínima semanal e forma preferencialmente digital, assegurando-se sua autenticidade, integridade, publicidade, acessibilidade e preservação.

**Art. 2º** O Semanário Oficial será disponibilizado, gratuitamente, em:

- I – portal eletrônico oficial do Município;
- II – aplicativo “Mamanguape Tá ON”;
- III – repositório público de dados abertos do Município, quando houver;
- IV – outros canais digitais oficiais, a critério do Executivo.

**§ 1º** O acesso ao conteúdo será gratuito e irrestrito.

**§ 2º** O Município assegurará acessibilidade do conteúdo, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (LBI), incluindo leitura por leitores de tela e contraste adequado.

**Art. 3º** A publicação no Semanário Oficial constitui condição de eficácia dos atos normativos e administrativos de competência municipal, quando a legislação exigir publicidade oficial, sem prejuízo de publicações em outros meios oficiais quando exigidas por normas federais/estaduais ou por edital.

**Parágrafo único.** Para licitações e contratos, prevalecerá o regime de publicidade da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos municipais, admitida a publicação complementar no Semanário Oficial.

**Art. 4º** Serão publicados no Semanário Oficial, dentre outros:

- I – leis, decretos, portarias, instruções normativas e resoluções;
- II – editais, avisos, chamamentos públicos, credenciamentos, e atos de licitações e contratos (incluindo extratos, termos aditivos, apostilamentos e rescisões);
- III – nomeações, exonerações, designações, lotações e atos de pessoal;
- IV – relatórios, balanços, prestações de contas e demonstrativos exigidos por lei;
- V – atos da Controladoria, Procuradoria-Geral, Secretarias e entidades da Administração Indireta;
- VI – pautas, atas resumidas e deliberações de conselhos municipais;
- VII – erratas, retificações e revogações.

**Art. 5º** A gestão editorial e tecnológica do Semanário Oficial caberá à unidade de comunicação institucional do Município (SECOM ou equivalente), em articulação com a Procuradoria-Geral do Município (PGM) e a Controladoria-Geral, observadas as seguintes competências:

- I – órgão emissor: responsabilidade pelo conteúdo, legalidade material, clareza e envio no prazo;
- II – PGM: revisão jurídica formal dos atos normativos antes do envio;
- III – SECOM: padronização, diagramação, autenticação digital, publicação, guarda e preservação.

**Art. 6º** A edição ordinária do Semanário Oficial será publicada às sextas-feiras, com fechamento editorial às 12h da quinta-feira imediatamente anterior.

§ 1º Poderá haver edição extraordinária a qualquer tempo e em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para matérias urgentes, situações emergenciais ou atos com prazos legais que não possam aguardar a edição ordinária.

§ 2º Se a sexta-feira for feriado, ponto facultativo ou houver indisponibilidade técnica, a edição ordinária poderá ser antecipada ou postergada para o primeiro dia útil subsequente, com aviso no portal.



**Art. 7º** A autenticidade e integridade dos exemplares serão asseguradas por:

- I – assinatura eletrônica qualificada (ICP-Brasil) ou avançada (conta gov.br) do responsável pela publicação;
- II – hash criptográfico e QR Code de verificação pública em cada edição;
- III – armazenamento em formato PDF/A ou sucedâneo de preservação digital;
- IV – registro do carimbo de tempo (timestamp) e trilha de auditoria.

**Art. 8º** Cada edição conterá, no mínimo: capa com identificação oficial, numeração sequencial anual, data, expediente, sumário, seções padronizadas por tema, e rodapé com hash, QR Code e link público de verificação.

**Art. 9º** Os órgãos e entidades municipais deverão remeter o material para publicação até o fechamento editorial definido no art. 6º, observando-se:

- I – texto final revisado, em formato aberto editável e PDF;
- II – indicação da base legal e unidade responsável;
- III – dados essenciais para efeitos da Lei nº 14.133/2021 quando se tratar de atos de compras públicas;
- IV – observância às regras de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018).

**Art. 10** Erratas somente serão admitidas para correção de erro material ou de forma, mediante justificativa do órgão emissor e menção expressa à edição e à página afetadas.

§1º Quando o erro material comprometer substancialmente o conteúdo ou a compreensão do ato, de modo que a errata seja insuficiente, o órgão emissor poderá determinar a republicação integral do ato, mediante justificativa fundamentada, fazendo constar expressamente tratar-se de republicação e indicando o número da edição original.

§2º A republicação não altera a data de vigência original do ato, salvo disposição expressa em contrário.

**Art. 11** O Município manterá acervo histórico digital do Semanário Oficial, com busca textual, indexação por tema, órgão emissor, data e número da edição, garantida a preservação mínima pelo prazo legal aplicável aos documentos públicos.

§ 1º O Município manterá cópias de segurança (backup) em locais fisicamente distintos, com política de recuperação de desastres que assegure a continuidade das publicações e a recuperação do acervo em caso de sinistro.

**Art. 12** O Executivo poderá regulamentar esta Lei para detalhar: padrões editoriais, templates, fluxos de envio, prazos, metadados, taxonomias, políticas de preservação digital, retificação e contingência tecnológica.

**Art. 13** Esta Lei não substitui publicações em diários oficiais estaduais, federais ou em veículo indicado por consórcio/associação municipal quando obrigatórias. Enquanto perdurar tal obrigatoriedade, as publicações no Semanário Oficial terão efeito complementar, assegurando ampla publicidade.

**Art. 14** Os custos operacionais correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo o Executivo firmar parcerias e contratos de tecnologia para hospedagem, autenticação, preservação digital e indexação.

**Art. 15** Ficam asseguradas a transparência ativa e a disponibilização dos dados do Semanário Oficial em formato aberto e com metadados que permitam o reuso e a extração, observada a LGPD.

**Art. 16** O Semanário Oficial passará a produzir efeitos a partir da primeira edição publicada em até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

**§ 1º** Até a publicação dessa primeira edição, permanece integralmente vigente o regime de publicações atualmente utilizado pelo Município.

**§ 2º** Os atos já publicados em outros diários ou meios oficiais não precisam ser republicados no Semanário Oficial, preservada sua validade e eficácia.

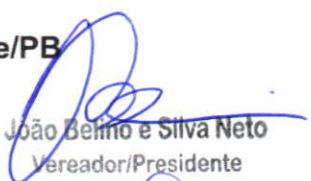
**Art. 17** Revogam-se as disposições em contrário.


**Art. 18** Esta Lei entra em vigor após 30 (trinta) dias de sua publicação.

  
**JOAQUIM FERNANDES DE OLIVEIRA NETO**  
Prefeito Constitucional do Município de Mamanguape/PB

  
Diego de Medeiros Peixoto Toscano Lyra  
1º Secretário

  
Maria do Socorro de Oliveira  
2ª Secretária

  
João Belino e Silva Neto  
Vereador/Presidente

  
Ana Cristina da Silva  
Vice-presidente



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir o Semanário Oficial do Município de Mamanguape como instrumento moderno, acessível e eficiente de publicação dos atos oficiais do Poder Executivo Municipal, representando avanço significativo na gestão pública contemporânea e no cumprimento dos deveres constitucionais de transparência e publicidade administrativa.

A publicidade dos atos administrativos constitui princípio constitucional expresso no artigo 37 da Constituição Federal e requisito indispensável para a eficácia jurídica da maioria dos atos normativos e de gestão praticados pela Administração Pública. Sem publicação adequada, decretos, portarias, nomeações, editais de licitação e demais atos carecem de validade perante terceiros e não produzem os efeitos jurídicos pretendidos. A criação de veículo oficial próprio do Município atende, portanto, a exigência legal inadiável de dar efetividade e segurança jurídica aos atos municipais.

A opção pelo formato digital acompanha a tendência nacional e internacional de modernização da gestão pública. A Lei Federal nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital, estabelece diretrizes claras de desmaterialização de processos, uso de assinaturas eletrônicas, interoperabilidade de sistemas e disponibilização de serviços públicos em plataformas digitais.

O Semanário Oficial digital dialoga diretamente com esse marco legal, promovendo a transição do modelo tradicional de publicações impressas para um formato mais ágil, sustentável, acessível e transparente.

A publicação digital elimina custos de impressão, distribuição física e armazenamento de exemplares em papel. Os recursos públicos atualmente destinados a essas despesas poderão ser redirecionados para políticas finalísticas nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura.

Além disso, a disponibilização gratuita e irrestrita das edições pela internet amplia significativamente o alcance das informações oficiais, permitindo que cidadãos, empresas, advogados, jornalistas, pesquisadores e entidades da sociedade civil

tenham acesso imediato aos atos municipais, sem necessidade de deslocamento ou de aquisição de exemplares físicos.

A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) impõe à Administração Pública o dever de promover a transparência ativa, ou seja, de divulgar espontaneamente informações de interesse coletivo, independentemente de requerimentos.

O Semanário Oficial constitui ferramenta fundamental de transparência ativa, consolidando em um único veículo oficial, organizado, indexado e pesquisável, todo o conjunto de atos normativos e administrativos emanados do Executivo Municipal. Essa centralização facilita o controle social, o acompanhamento das ações governamentais e o exercício pleno da cidadania.

A integração do Semanário Oficial com o portal eletrônico do Município e com o aplicativo "Mamanguape Tá ON" potencializa o uso das plataformas digitais já disponíveis, ampliando a capilaridade da informação oficial. O aplicativo municipal, já utilizado pela população para acesso a serviços e notícias, passa a funcionar também como canal de publicações oficiais, levando os atos do Executivo diretamente aos dispositivos móveis dos cidadãos. Essa sinergia entre canais digitais maximiza o retorno do investimento público em tecnologia e aproxima o poder público da população.

O projeto assegura rigorosa observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), determinando que os órgãos municipais observem as regras de proteção de dados ao encaminharem matérias para publicação. Em um contexto de crescente preocupação com a privacidade e com o tratamento adequado de informações pessoais, essa previsão expressa demonstra compromisso da Administração Municipal com a legalidade e com os direitos fundamentais dos cidadãos.

A acessibilidade digital, assegurada em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146/2015), representa compromisso ético e legal do Município com a inclusão de pessoas com deficiência. A compatibilidade com leitores de tela, contraste adequado de cores e demais recursos de acessibilidade garantem que cidadãos com deficiência visual ou outras limitações possam acessar plenamente

o conteúdo oficial, sem barreiras ou discriminações, efetivando o princípio constitucional da igualdade material.

A criação de acervo histórico digital pesquisável, com indexação por tema, órgão emissor, data e número de edição, transforma o Semanário Oficial em verdadeiro repositório de memória institucional e administrativa do Município.

Do ponto de vista orçamentário, os custos operacionais do Semanário Oficial são significativamente inferiores aos dispêndios com publicações em veículos externos ou em formato impresso. A estrutura digital aproveita infraestrutura tecnológica já existente no Município, como servidores, sistemas de assinatura eletrônica e portal institucional.

Sob a ótica da segurança jurídica, a existência de veículo oficial próprio fortalece a presunção de publicidade e conhecimento dos atos municipais. Quando o Município publica seus atos em diário oficial próprio, reconhecido legalmente, afasta-se qualquer dúvida sobre a validade, autenticidade e oponibilidade desses atos perante terceiros.

Por todas essas razões, de ordem jurídica, administrativa, tecnológica, econômica e social, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dos ilustres membros da Câmara Municipal, certo de que sua aprovação representará inegável avanço institucional e benefício concreto para toda a população de Mamanguape.

Mamanguape/PB, 03 de dezembro de 2025.



**JOAQUIM FERNANDES DE OLIVEIRA NETO**  
Prefeito Constitucional do Município de Mamanguape/PB